

Proposta construção de deck para beneficiar esportes aquáticos

Solução. Reunião na Câmara busca dar fim a problema enfrentado no Rio Caí

A possibilidade de que seja construído um deck para os equipamentos de esportes náuticos, como jet sky, foi tema de uma reunião ontem na Câmara. Proposta pela vereadora Rose Almeida (PSB), para debater reivindicações de pessoas que utilizam a rampa do Cais do Porto para a prática não apenas deste esporte, mas também de stand up, entre outros. “Nos finais de semana,

quem está passando fica parado para apreciar. Temos que ser sempre incentivadores do esporte”, disse à vereadora aos mais de dez esportistas presentes.

No início, um esportista alegou que o equipamento vem sendo reivindicado há anos, pois, existe grande dificuldade de acesso ao Rio, só tem uma rampa disponível, que fica um pouco adiante do Clube Caça e Pesca. Sugere uma rampa como a existente em Porto Batista, que vai até o fundo do Rio Jacuí. Diz que se trata de uma questão de segurança não somente para eles, mas também das pessoas em torno.

Acrescenta que esportistas de outras cidades não vêm andar em Montenegro porque não tem aonde parar. Segundo ele, o deck seria usado para parar os jet sky, amarrá-los. O local: na altura do Clube Caça e Pesca, servindo para se colocar os equipamentos e o



FOTO: SILVIO KAEI/DIVULGAÇÃO

ENCONTRO serviu para encontrar uma alternativa para a demanda dos esportistas

esportista poder sair para outro lugar. “Consultei a Marinha sobre de quem é a responsabilidade de se colocar placas sinalizando os locais onde é permitido o banho e os de embarque e desembarque, e fui informado que é da Prefeitura”, citou o esportista.

Gisele Ramos, assessora da SMAM, explicou que conforme a legislação que vigorou até 2012, o município não

possuía competência para executar obra na beira do rio ou em Área de Preservação Permanente. “Desde 2013, temos esta competência e podemos autorizar atividades em APP”. Relata que, anteriormente, alguma obra na beira do rio teria que ser licenciada pelo Estado. Para se conseguir a licença, se levava dois, três anos. Muitas vezes eram negadas, por menor que fosse o impacto.



IBIÁ levantou a questão em matéria no dia 2 de fevereiro